

O Estado de S. Paulo

9/10/1985

Invasores já preparam o plantio

AGÊNCIA ESTADO

O juiz da comarca de Guariba, Sidnei Antônio Cerminaro, adiou para hoje a decisão de conceder ou não liminar em favor da Fepasa, que anteontem impetrou ação para manutenção de posse da Fazenda Guarani, invadida na madrugada de sábado por bóias-frias desempregados de Sertãozinho. Funcionários da empresa esperaram durante todo o dia de ontem no Fórum uma decisão do Juiz, o que não ocorreu. Enquanto isso, os 54 invasores sem-terra desmataram dez dos 1.786 alqueires da fazenda e pretendem começar a plantar várias culturas nos próximos dias. Eles já plantaram alface, almeirão, cenoura e repolho em alguns canteiros destinados à horta comunitária e anunciaram que não vão desistir de ocupar uma área calculada em 500 alqueires do horto florestal.

Além de reivindicar uma negociação direta com o governo estadual para o assentamento das famílias na terra (são 50 de Sertãozinho e quatro de Pontal), os invasores querem comprar, também através de financiamentos, três tratores com arados e plantadeiras. Da Secretaria de Agricultura do Estado querem sementes de soja, arroz, milho e feijão e, se considerarem necessário, orientação técnica.

A situação entre os invasores da Fazenda Guarani é, por enquanto, de tranqüilidade, mas eles já estão preocupados com a liminar para reintegração da propriedade, que deverá ser concedida hoje. Se isso acontecer, promete Pedro Cícero dos Santos, o principal líder do grupo, "só sairemos se chegar um batalhão da Polícia e nos tirar na marra". Nesse caso, eles pretendem acampar nas margens da rodovia de acesso a Pradópolis para "sensibilizar o governador Franco Montoro a resolver o problema. E, se a polícia sair, voltaremos de novo". Pedro dos Santos, de 26 anos, pediu desligamento da usina Santa Elisa, onde recebia Cr\$ 700 mil mensais, para liderar o movimento.

"Pressões inadmissíveis"

O diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sérgio Cardoso de Almeida — ex-deputado federal, hoje ligado ao PFL —, denunciou ontem, em Ribeirão Preto, que a invasão da área da Fepasa, em Pradópolis, como outras invasões que vêm ocorrendo no País, fazem parte de "um movimento organizado que visa a desestabilizar o regime", também advertiu quanto à possibilidade de intervenção no governo de São Paulo, em caso de perturbação da ordem, como está previsto na Constituição.

"A Nova República, que surgiu para implantar a democracia, pode ser julgada se não houver um paradeiro nesses movimentos", destacou Cardoso de Almeida, acrescentando que "democracia é obediência à lei, que está sendo desrespeitada". Trata-se de "pressões inadmissíveis no bojo da reforma agrária, que não deu certo em lugar nenhum do mundo".

Ele que há alguns dias revelou, através de informações recebidas de usineiros, que estava sendo preparada a invasão da Estação Experimental de Ribeirão Preto, comunicando o fato ao secretário da Agricultura, Nélson Nicolau, que prometeu ficar atento.

As informações que o diretor da SRB afirma possuir são de que há gente ligada ao PC, PT, CUT e CPT por trás de todos os movimentos de invasão: "Essa gente sabe que o governador Franco Montoro não age com energia e se aproveita disso, numa tentativa mais ampla de pressionar o presidente Sarney. Também contam com a possibilidade de apoio do ministro da

Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nélson Ribeiro, que tem repassado aos Estados recursos para manutenção de acampamentos dos invasores".

A situação preocupa porque "as invasões podem proliferar", diz Cardoso de Almeida. Ele lembra também que, pela Constituição (artigo 10, inciso III), o governo federal pode intervir no Estado em caso de perturbação da ordem pública. "O governador Montoro tem de tomar medidas enérgicas para isso aqui não virar uma baderna, disse. Ele tem que fazer cumprir a lei".

Negociações rompidas

Enquanto o secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Augusto Borges Berthier, reafirmava ontem em Porto Alegre que não serão permitidas invasões de terras, a direção estadual do movimento dos agricultores sem terra confirmava que estão rompidas as negociações com a diretoria regional do Incra, que não apresentou um plano emergencial de desapropriações e assentamento.

(Página 12)